

BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em reais, excluídos os centavos)

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Nota	2017	2016	Nota	2017	2016
Circulante			Circulante		
Caixa e bancos	03 a 443.000	9.675	Fornecedores	11 1.737.209	2.207.102
Aplicações financeiras	03 b 9.823.582	3.837.384	Adiantamentos de clientes	43.573	108.960
Contas a receber de clientes	04 28.192.565	30.600.695	Obrigações sociais e trabalhistas	12 2.877.001	2.423.918
Estoques	05 2.789.220	3.328.953	Obrigações tributárias	13 1.556.712	1.566.173
Tributos a recuperar	06 819.099	1.384.827	Outras contas a pagar	477.022	683.358
Adiantamentos diversos	331.992	246.854	Total do circulante	6.691.517	6.989.511
Outras contas a receber	07 1.318.335	1.410.469	Não circulante		
Custos a apropriar	08 3.829.276	4.305.158	Provisão para contingências trabalhistas	15 1.784.606	1.340.285
Despesas antecipadas	146.849	152.950	Total do não circulante	1.784.606	1.340.285
Total do circulante	47.693.918	45.276.965	Patrimônio líquido		
Não circulante			Capital social	44.726.598	44.726.598
Realizável a longo prazo			Reserva de lucros	15.612.126	14.385.729
Depósitos judiciais	09 4.279.565	3.353.006	Total do patrimônio líquido	60.338.724	59.112.327
	4.279.565	3.353.006			
Investimentos	121.000	166.152			
Imobilizado	10 16.710.330	18.626.960			
Intangível	10.034	19.040			
Total do não circulante	21.120.929	22.165.158			
TOTAL DO ATIVO	68.814.847	67.442.123	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	68.814.847	67.442.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais, excluídos os centavos)

	2017	2016
Receitas		
Receitas de prestação de serviços, líquidas	58.995.667	60.747.547
Outras receitas	153.306	731.018
Contas a receber - perda efetiva	(81.151)	(53.100)
	59.067.822	61.425.465
Insumos adquiridos de terceiros		
Matéria-Prima consumida	(2.427.403)	(2.723.354)
Serviços prestados por terceiros	(10.930.217)	(12.635.614)
Materiais, energia e outros	(8.846.442)	(9.236.423)
	(22.204.062)	(24.595.391)
Valor adicionado bruto	36.863.760	36.830.074
Depreciação e amortização	(2.073.396)	(2.194.465)
Valor adicionado líquido produzido pela Empresa	34.790.364	34.635.609
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	885.525	969.439
	885.525	969.439
Valor adicionado total a distribuir	35.675.889	35.605.048

		%	%
Distribuição do valor adicionado			
Empregados	22.353.587	62,66	23.141.554 65,00
Governo	9.869.854	27,67	10.067.019 28,27
Financiadores	2.226.050	6,24	2.295.243 6,45
Lucros retidos	1.226.398	3,44	101.232 0,28
Valor adicionado total distribuído	35.675.889	100,00	35.605.048 100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais, excluídos os centavos)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Gráfica da Bahia é uma empresa pública vinculada a Secretaria da Casa Civil, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira e capital exclusivo do Estado regida pela Lei nº 6.404/76, com alterações introduzidas pela Lei nº 9.475/97 e pela Lei nº 11.638/07, por seu Estatuto, pelo Regimento Interno e demais disposições legais pertinentes.

Tem como finalidade principal publicar os atos do poder Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado, executar serviços gráficos, de microfilmagem e outras atividades correlatas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, Normas Brasileiras de Contabilidade, bem como com os Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000), aprovadas pela Resolução CFC nº 1.255/2009.

2.2 - Descrição das principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a) Contas a receber

Estão registradas e mantidas no balanço pelo seu valor nominal.

b) Perda efetiva

Constituída para fazer face a possíveis valores incobráveis de contas a receber de clientes privados, de acordo com as expectativas da Administração.

c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, os quais são inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização.

d) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear de acordo com as taxas descritas na nota explicativa nº 10.

e) Demais passivos circulantes

São apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

f) Imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS.

O imposto de renda da pessoa jurídica, a contribuição social sobre o lucro, o PIS e a COFINS, são calculados segundo as normas e critérios estabelecidos pela legislação fiscal, conforme nota explicativa nº 14 e são contabilizados pelo regime de competência.

g) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

h) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração da sociedade efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, despesas e custos. Os principais valores estimados são: depreciação, amortização e provisão para contingências.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em reais, excluídos os centavos)

	Capital social	Reserva de lucros Retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	44.726.598	14.284.497	-	59.011.095
Lucro líquido do exercício			101.232	101.232
Destinação dos lucros				
... Retenção de lucros		101.232	(101.232)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	44.726.598	14.385.729	-	59.112.327
Lucro líquido do exercício			1.226.398	1.226.398
Destinação dos lucros				
... Retenção de lucros		1.226.398	(1.226.398)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	44.726.598	15.612.126	-	60.338.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais, excluídos os centavos)

	2017	2016
Receita operacional bruta		
Prestação de serviços	58.999.856	60.747.547
	58.999.856	60.747.547
Deduções sobre serviços		
Faturas canceladas	(4.189)	-
Tributos incidentes sobre serviços prestados	(4.092.777)	(4.649.013)
	(4.096.966)	(4.649.013)
Receita operacional líquida	54.902.890	56.098.534
Custo dos serviços prestados	(29.614.209)	(31.529.726)
Lucro bruto	25.288.681	24.568.808
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas comerciais	(2.105.949)	(2.317.453)
Despesas administrativas com pessoal	(11.780.672)	(12.858.839)
Despesas gerais e administrativas	(9.205.498)	(9.211.488)
Despesas tributárias	(621.609)	(616.200)
Despesas de depreciação e amortização	(625.966)	(991.848)
Receitas financeiras	885.525	969.439
Despesas financeiras	(84.515)	(48.157)
Outras receitas	53.007	606.970
	(23.485.677)	(24.467.576)
Lucro do exercício antes da contribuição social e do imposto de renda	1.803.004	101.232
Contribuição social	(161.840)	-
Imposto de renda	(414.766)	-
Lucro líquido do exercício	1.226.398	101.232

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais, excluídos os centavos)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.226.398	101.232
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	2.073.396	2.194.465
Baixa de bens do ativo imobilizado e outros	60.704	18.502
Provisão (reversão) para contingências trabalhistas	444.321	(213.811)
	3.804.819	2.100.388
Variações nos ativos - (Aumento) redução		
Contas a receber de clientes	2.408.130	(8.145.633)
Estoques	539.734	(588.962)
Tributos a recuperar	565.728	(1.164.438)
Outras contas a receber	92.134	(236.440)
Despesas antecipadas, custos a apropriar e adiantamentos diversos	396.845	(375.521)
	4.002.571	(10.510.994)
Variações nos passivos - Aumento (redução)		
Fornecedores	(469.893)	(574.908)
Obrigações sociais e trabalhistas	453.083	(218.547)
Obrigações tributárias	(9.461)	(47.049)
Outras contas a pagar e adiantamentos de clientes	(271.725)	265.539
Provisão para contingências trabalhistas	-	(190.991)
	(297.996)	(765.956)
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades operacionais	7.509.394	(9.176.562)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(163.311)	(259.007)
Depósitos judiciais	(926.560)	406.291
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos	(1.089.871)	147.284
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	6.419.523	(9.029.278)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.847.059	12.876.337
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.266.582	3.847.059
	6.419.523	(9.029.278)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(CONTINUA)

3 – DISPONIBILIDADES

a) – Caixa e bancos

Os saldos destas contas, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão demonstrados a seguir:

	2017	2016
Caixa	1.385	144
Banco do Brasil S.A	441.615	9.531
	443.000	9.675

b) – Aplicações financeiras

Os saldos desta conta, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão demonstrados a seguir:

	2017	2016
Banco do Brasil S.A	9.823.582	3.837.384
	9.823.582	3.837.384

Aplicação financeira efetuada no Banco do Brasil em títulos de renda fixa – CDB/DI SWAP.

4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A composição dos saldos, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser demonstrada como segue:

	2017	2016
Secretaria da Administração do Estado da Bahia - SAEB	8.003.544	10.586.051
Secretaria da Educação do Estado da Bahia	7.846.074	7.883.123
DETRAN-Ba - Departamento Estadual de Trânsito	4.301.517	2.632.475
Instituto Anísio Teixeira	1.591.083	1.681.494
Universidade do Estado da Bahia	805.913	510.401
SESAB - Secretaria de Saúde do Estado da Bahia	689.042	435.482
Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.	324.237	54.238
Secretaria de Comunicação Social	255.659	147.234
Fundação Cultural do Estado da Bahia	249.111	249.895
Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA	238.404	238.404
Secretaria de Promoção da Igual. Racial do Estado da Bahia	213.852	211.779
Fundo Estadual de Saúde do Estado da Bahia	202.672	-
Empresa Baiana de Águas e Saneamento	177.792	56.341
Associação Transparência Municipal	154.869	154.869
Conselho Estadual de Educação	122.185	88.298
Secretaria de Turismo do Estado da Bahia	116.052	-
Instituto do Meio Ambiente	114.109	162.746
Universidade Estadual de Feira de Santana	111.146	679.225
Agência Estadual de Regulação e Serviços Públicos Energia	107.798	-
Superintendência de Desenv. Indústria e Comércio	100.198	70.714
Fundação de Hematologia Hemoterapia da Bahia	99.103	114.233
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	95.958	1.251.277
Fundação Estatal Saúde da Família	91.382	76.175
Secretaria de Adm. do Estado da Ba. – Junta Médica	83.695	72.942
Superintendência de Trânsito e Transporte do Salvador	73.346	73.346
SDR/CDA Coordenação de Desenv. Agrário do Estado da Ba.	71.463	-
Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional	67.551	161.589
Superintendência da Previdência	56.776	52.996
Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia	56.633	158.128
Prefeitura Municipal do Salvador	54.360	54.360
Secretaria da Justiça, Direitos Humanos e Desenv. Social	53.302	118.764
Secretaria do Trab., Emprego e Renda do Estado da Bahia	51.580	71.917
Assembleia Legislativa do Estado da Bahia	48.087	189.019
Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	46.532	114.109
CONDER – Cia de Desenvolvimento Urbano Estado da Bahia	43.104	24.896
Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia	43.101	33.453
Secretaria de Cultura	42.271	149.174
Bahia Secretaria da Segurança	42.034	55.094
Superintendência de Desportos	29.847	55.985
Junta Comercial do Estado da Bahia	28.419	74.594
Universidade Estadual de Santa Cruz	27.613	48.233
Instituto Federal de Educação	19.646	7.651
Município de Camaçari	15.771	55.829
Cia de Processamento de Dados do Estado da Bahia	13.684	9.927
Instituto Patrimônio Artístico	9.015	241.792
Casa Civil	7.869	50.593
Fundação Pedro Calmon	4.933	129.841
Bahia Tribunal de Justiça	2.869	408.231
SESAB/FESBA/CI/AVE – Fundo Estadual de Saúde	989	80.855
Mineração Caraíba S/A	-	220.754
Outros	1.216.731	1.015.504
	28.222.921	31.014.030

Medições a faturar – Histórico Funcional SAEB
(-) Perda efetiva de clientes

A composição por idade de vencimento das contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2017 e 2016, está demonstrada a seguir:

Contas a receber por idade de vencimento	2017	2016
Contas a receber por idade de vencimento		
A vencer	2.672.447	3.552.007
Vencidos até 120 dias	3.690.003	2.156.963
Vencidos entre 120 a 365 dias	3.900.048	14.134.829
Vencidos há mais de um ano	17.960.423	11.170.231
	28.222.921	31.014.030

Em 2017, aproximadamente 59% da receita bruta de serviços da EGBA corresponde aos serviços prestados às empresas e órgãos vinculados ao Governo do Estado da Bahia (2016 – 63%).

5 – ESTOQUES

A composição dos saldos, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser demonstrada como segue:

	2017	2016
Matéria prima		
- Papel	1.330.075	1.772.179
- Chapa	136.266	161.803
- Envelope	1.246	1.117
- Filme	34.920	66.214
- Tinta	20.952	34.436
- Outros	439.616	386.748
	1.963.075	2.422.497
Material de consumo	42.575	60.328
Material de manutenção de máquinas e equipamentos	673.840	673.129
Outros materiais	109.730	44.542
	2.789.220	3.328.953

6 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	2017	2016
Saldo negativo de IRPJ	597.021	1.012.704
Saldo negativo de CSLL	205.754	350.257
Outros tributos	16.324	21.866
	819.099	1.384.827

Saldo negativo do IRPJ e da CSLL

Referem-se às antecipações de tributos efetuados pela Empresa no exercício de 2017, relativos ao IRPJ e CSLL apurados por estimativa, com base nos balancetes de suspensão e redução. Os respectivos valores, a partir de 01 de janeiro de 2018, serão atualizados pela SELIC e compensados com os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

7 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição dos saldos, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser demonstrada como segue:

	2017	2016
REDECARD S.A	772	26.508
VISANET S.A	116.001	93.569
Convênio de pessoal à disposição	142.935	80.392
Depósito e caução	1.021.065	1.201.140
Outras contas a receber	37.562	8.860
	1.318.335	1.410.469

8 – CUSTOS A APROPRIAR

A composição dos saldos, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser demonstrada como segue:

	2017	2016
Certificação digital	333.966	397.347
Direito uso software	3.495.310	3.907.811
	3.829.276	4.305.158

Certificação digital

Referem-se às aquisições de certificações para execução de serviços técnicos especializados e continuados para credenciamento e operacionalização de Autoridade Certificadora, dos seguintes tipos: e-CPF ;A1 e A3, e-CNPJ A1 e A3, e-Equipamento Servidor A1, CerJUS Institucional, CerJUS Poder Público e CAA - Certificado de atributos vinculados ao Certificado Digital. Os valores são apropriados no Resultado do Exercício a medida em que os certificados são repassados ao público em geral.

Direito uso software

Referem-se aos gastos efetuados para aquisição do direito de uso de software não classificados como Ativo Intangível. Os valores são apropriados no Resultado do Exercício na proporção de 1/60 avos.

9 – DEPÓSITOS/BLOQUEIOS JUDICIAIS

A Sociedade vem discutindo judicialmente a legalidade de algumas reclamações trabalhistas, tendo sido efetuado, ao longo do tempo, depósitos judiciais no montante de R\$ 4.279.565 (em 2016, R\$ 3.353.006). Em caso de decisão desfavorável à Sociedade quando do desfecho final dos processos em andamento, os depósitos a eles vinculados serão repassados à parte vencedora, como liquidação do valor do débito. Caso estes sejam maiores do que os valores dos depósitos, a Sociedade complementarará o pagamento. Conservadoramente, a Sociedade mantém provisionado todos os valores que envolvem estes depósitos judiciais.

	2017			2016		
	Adições	Baixas	Saldo	Saldo		
Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.870.122	(943.563)	4.279.565	3.353.006		
	1.870.122	(943.563)	4.279.565	3.353.006		

10 – IMOBILIZADO

	2017		2016		
	Taxa de Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	21.688	-	21.688	21.688
Edificações e benfeitorias	4	8.682.759	4.055.862	4.626.897	4.958.822
Máquinas e equipamentos	10	22.754.670	21.303.597	1.451.073	2.068.403
Veículos	20	151.070	139.077	11.993	19.593
Móveis e utensílios	10	8.555.484	4.308.161	4.247.323	5.041.014
Instalações	10	894.308	640.751	253.557	301.337
Computadores e periféricos	20	2.184.019	1.778.165	405.854	635.213
Aparelhos de telecomunicações	10	7.196	4.778	2.418	2.998
Imóveis em construção	-	5.170.890	-	5.170.890	5.137.898
Instalações em andamento	-	479.821	-	479.821	435.825
Outros	-	136.299	97.483	38.816	4.169
Total do Imobilizado		49.038.204	32.327.874	16.710.330	18.626.960

A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 montou R\$ 2.064.390 (em 2016, R\$ 2.149.726), sendo apropriada R\$ 1.442.737 (em 2016, R\$ 1.179.304) ao custo dos serviços prestados e R\$ 621.653 (Em 2016, R\$ 970.422), como despesa operacional.

Valor recuperável do ativo imobilizado

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, seção 27 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, as empresas devem verificar, anualmente, se há indícios de perda de recuperabilidade. Após estudos realizados internamente, a Administração da EGBA, em conjunto com seus assessores, entende, baseada nas normas vigentes, que os bens do ativo imobilizado possuem valores de mercado superiores aos valores contábeis, não ocorrendo indicativo de perda de "impairment".

11 – FORNECEDORES

Os saldos desta conta, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão demonstrados a seguir:

	2017	2016
Multi Storage Armazéns Gerais Serviços Ltda.	228.926	372.354
Graphimport Importação e Exportação Ltda.	141.031	131.460
Avansys Tecnologia Ltda.	135.373	30.019
Moderna Conservação e Manutenção Ltda - ME	122.973	122.973
RENTEX Comercio Locações e Serviços Eireli EPP	109.264	66.500
Locadora de Veículos Gontijo Eireli	94.021	-
COELBA Cia de Eletricidade do Estado da Bahia	90.974	88.345
Objetiva Locação de Mão de Obra Temporária Eireli - ME	78.777	-
AML Serviços e Empreendimentos Ltda	75.472	77.268
Vipac Segurança e Vigilância Ltda.	65.824	62.138
Green Card S/A Refeições Comércio e Serviços	62.208	61.921
Aliança do Brasil Seguros S.A.	36.502	-
JR Segurança e Vigilância Ltda.	32.247	32.247
Laife Empreendimentos e Serviços Ltda.	29.412	31.960
Prodeb Cia de Processamento de Dados do Estado da BA.	26.230	22.939
Ciberian Tecnologia da Informação Ltda	25.696	232.957
Albano Falcão Moura Cons. e Treinamento Ltda.- EPP	18.842	20.203
RM Serviços Tecnologia e Recursos Humanos Ltda - EPP	10.572	10.572
TELEMAR Telecomunicações da Bahia	7.242	18.736
Escrita Comércio e Serviços Ltda.	6.467	188.695
Maistec Tecnologia de Informação Ltda - EPP	5.176	61.003
Certisign Certificadora Digital S.A	-	162.548
MSE Systems Comercio de Máquinas Gráficas Ltda.	-	24.284
Outros	333.980	387.980
	1.737.209	2.207.102

12 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Os saldos desta conta, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão demonstrados a seguir:

	2017	2016
Férias a pagar	1.324.026	1.192.171
Encargos sociais sobre férias	493.088	450.878
Encargos sociais sobre décimo terceiro salário	55.213	32.483
FGTS	118.436	108.440
INSS	522.017	493.555
SESI/SENAI	35.674	32.537
INSS retido na fonte	134.026	112.493
Consignações retidas	152.536	-
Outros	41.985	1.361
	2.877.001	2.423.918

13 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A composição dos saldos, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser demonstrada como segue:

	2017	2016
COFINS	111.292	126.517
PASEP	24.033	27.365
ISS retido na fonte	62.436	67.172
ISS sobre faturamento	892.535	892.565
IRRF	314.731	292.284
PIS/COFINS/CSLL – retidos na fonte	120.982	125.699
Outros	30.703	34.571
	1.556.712	1.566.173

14 – IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL, PIS E COFINS.

A Sociedade vem apurando o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real. As alíquotas do Imposto de Renda, Contribuição Social, utilizadas sobre as bases de cálculo são de 25%, 9%, o PIS e a COFINS receita cumulativa (0,65% e 3%), não-cumulativa (1,65% e 7,60%) e sobre receitas financeiras (0,65% e 4%) respectivamente.

15 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A Sociedade possui contingências advindas do curso normal das operações. Em 31 de dezembro de 2017, os montantes envolvidos, de acordo com processos cuja probabilidade de perda é provável, possível e remota, baseada nas expectativas dos assessores jurídicos, podem ser demonstrados abaixo:

Natureza	Expectativa de perda		
	Provável	Possível	Remota
Trabalhistas	1.784.606	1.368.016	121.122
	1.784.606	1.368.016	121.122

A EGBA constituiu provisão para perdas prováveis referentes a reclamações trabalhistas. O valor provisionado até 31 de dezembro de 2017 montava a R\$ 1.784.606 (em 2016, R\$ 1.340.285).

	2017			2016	
	Adições	Baixas	Reversão	Saldo	Saldo
Contingências trabalhistas	444.321	-	-	1.784.606	1.340.285
	444.321	-	-	1.784.606	1.340.285

16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da EGBA, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, no valor de R\$ 44.726.598 é integralizado pelos bens imóveis, móveis e direitos e valores de suas propriedades e por reserva de reavaliação, incorporada a seu capital, conforme dispositivos legais pertinentes.

b) Retenção de lucros

O lucro líquido apurado no balanço patrimonial de cada exercício social é distribuído ao Estado da Bahia, incorporado ao capital social da EGBA ou mantido em reserva de retenção de lucros, conforme deliberação do Conselho de Administração.

17 - CONTINGÊNCIAS

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis, fiscais, trabalhistas e previdenciários da Sociedade dos últimos cinco anos e trinta anos para fins de FGTS, encontram-se abertos para eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. A administração da Sociedade é de opinião que, em caso de eventual fiscalização, não haverá questionamentos que envolvam valores significativos.

18 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Investimentos - Companhia de Transportes do Estado da Bahia - CTB

Em 23 de maio de 2013, através do termo de transferência de ações, a Empresa Salvador Turismo S.A – SALTUR, transferiu para Empresa Gráfica da Bahia – EGBA, sem ônus, as ações ordinárias nominativas, representativas de 0,87% do capital social da Companhia de Transportes do Estado da Bahia – CTB, nos termos autorizados pela Lei Municipal nº 8.411 de 14 de maio de 2013. O valor correspondente às ações transferidas para EGBA, em 23 de maio de 2013, montava a R\$ 1.410.840 (Integralizadas R\$ 121.000 e a integralizar R\$ 1.289.840), tendo sido contabilizado a parcela integralizada a débito da conta de investimentos e a crédito de outras receitas – Doações, no Resultado do Exercício.

Seguros

A cobertura de seguros é determinada com base no valor dos ativos e do respectivo risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os valores de cobertura das apólices vigentes eram os seguintes:

Modalidade do Seguro	Bens Segurados	Montante Segurado	
		2017	2016
Multirisco – incêndio	Prédio, máquinas, móveis, utensílios e instalações.	31.100.000	31.100.000
Roubo ou furto	Bens diversos	50.000	50.000
Responsabilidade civil geral	Operações da EGBA	1.000.000	1.000.000
	Riscos do empregador	500.000	500.000
	Guarda de veículos de terceiros	50.000	50.000

19 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor dos instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial se aproxima dos respectivos valores de mercado. Não é prática da Empresa operar com derivativos.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA - EGBA
Salvador-Bahia

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA - EGBA, que compreendem os balanços patrimonial e financeiro em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas e políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa 09, em 31 de dezembro 2017, a empresa mantém registrado como depósitos judiciais o montante de R\$ R\$ 4.279.565. Todavia, em função da ausência de conciliação entre o controle dos assessores jurídicos e os registros contábeis e de não termos tido condições de aplicar procedimento alternativo para validação do respectivo saldo, não nos foi possível concluir sobre aquele montante.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 04 das demonstrações contábeis, que descreve a composição dos saldos da conta CLIENTES e a existência de riscos significativos por concentração de recebíveis referentes a serviços prestados pela a empresa para os órgãos vinculados ao Governo do Estado da Bahia no montante contabilizado em R\$28.192.565 em 31/12/2017 (R\$30.600.695 em 2016). Também chamamos a atenção para a Nota Explicativa 10 que a empresa transcreve que efetuou estudos internos e decidiu não avaliar a recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado, nem realizou revisão detalhada da vida útil, nos termos requeridos pelos Pronunciamentos Técnicos CPC 01, 27 e ICP 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A avaliação de recuperabilidade e a revisão da vida útil dos bens poderia gerar ajustes nas demonstrações financeiras. O montante líquido do Imobilizado corresponde a R\$ 16.710.330 reais, os quais, corresponde a 24,27% do ativo total da empresa.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras

A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessárias para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias e com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das empresas ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas.

Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA –EGBA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores, onde emitiram relatório em 12 de abril de 2017 com opinião não modificada, e nos parágrafos de ênfase, chama atenção dos pontos: Créditos a Receber, Ativo Imobilizado e Depósitos Judiciais/Contingências Trabalhistas.

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, como informação suplementar, cuja apresentação não é requerida como parte integrante das demonstrações contábeis para empresa de capital fechado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente

apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, BA, 13 de abril de 2018.

PEGASUS
Auditores Associados S.S.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Gráfica da Bahia – EGBA, cumprindo suas atribuições estatutárias e tendo examinado o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis do exercício de 2017, elaborados pela Audicont Auditores e Consultores e auditados pela Pegasus Auditores Associados S/S - EPP, entendem que as demonstrações contábeis retratam adequadamente a posição da empresa em 31 de Dezembro de 2017, opinando favoravelmente pela sua aprovação, estando, pois, em condições de ser submetidas à apreciação do Conselho de Administração da EGBA e do Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Registramos que tivemos conhecimento das determinações/recomendações do Tribunal de Contas do Estado -TCE, relativas à auditoria da prestação de contas do exercício de 2016, e que não houve auditoria no exercício de 2017.

Salvador, 20 de abril de 2018

MÁRCIA CRISTINA TELLES DE ARAÚJO LIMA

JASSICON QUEIROZ DOS SANTOS

WILLADESMON SANTOS DA SILVA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Bruno Dauster Magalhães e Silva
Luiz Gonzaga Fraga de Andrade
André Nascimento Curvello
Edelvino da Silva Góes Filho
Paulo Cezar Lisboa Cerqueira

DIRETORIA

Luiz Gonzaga Fraga de Andrade
Diretor Geral

Lucano Correia Leite de Brito
Diretor Administrativo-Financeiro

Marcos Emílio Barbosa dos Santos
Diretor Técnico

Audicont - Auditores e Consultores
CRC (BA) 0568

Joabson Nascimento Queiroz
Gerente Contábil e Financeiro
CRC (BA) 039407/O-3

Roberto Ferreira de Carvalho
Chefe da Seção de Contabilidade e Custos
CRC (BA) 4.601